



Ativismos urbanos digitais: a relevância do espaço material nas lutas urbanas contemporâneas

Digital urban activism: the relevance of material space for the contemporary urban struggles

Camila Matos, NPGAU - UFMG, camilamatosf@gmail.com

RESUMO

Este trabalho busca aprofundar o olhar acerca do uso de tecnologias digitais no amparo à organização política de um conjunto específico de grupos ativistas e movimentos sociais. Em um cenário de crescente popularização dessas ferramentas, cabe questionar de que maneira o espaço, em sua dimensão material, permanece relevante enquanto meio para o encontro e a aparição pública dessas coletividades. A pesquisa aqui apresentada envolveu quatorze estudos de caso observados a partir de conteúdos compartilhados em plataformas online. Os dados coletados foram analisados a partir de um espectro conceitual desenvolvido por Nancy Fraser que trata daquelas lutas por justiça social que reivindicam a distribuição igualitária de recursos e daquelas que reivindicam o reconhecimento de aspectos relacionados à diversidade simbólica e cultural dos grupos envolvidos. Nesse sentido, ficou evidente que os grupos sobre os quais as injustiças de natureza simbólica e cultural incidem mais fortemente apresentam maior dificuldade de acessar o espaço enquanto meio para suas lutas. Isto se dá principalmente pelo fato de que essas injustiças orientam-se sobretudo à materialidade de seus corpos. Observou-se ainda a importância da reunião coletiva particularmente para aqueles grupos que enfrentam restrições à presença nos espaços das cidades. Reunir-se no espaço físico seria, portanto, o gesto político de afirmação de uma identidade coletiva e a potência mesma de transformação da estrutura sócio-espacial que originalmente ameaça a integridade de seus corpos.

Palavras Chave: ativismos urbanos, tecnologias digitais, redistribuição, reconhecimento.

ABSTRACT

This work addresses the use of digital technologies in support of the political organization of a specific set of activist groups and social movements. Within a context of growing popularity of these tools, it is worth questioning how the space remains relevant as a means of assembly and these collectivities' public appearance. The research presented in this dissertation entailed fourteen case studies observed from a number of contents shared on online platforms. The collected data was analyzed from a conceptual spectrum developed by Nancy Fraser. This spectrum concerns the struggles for social justice who claim the fair distribution of resources and also the struggles that demand the recognition of aspects related to symbolic and cultural diversity of the groups involved. It became clear that those groups who deal more particularly with symbolic and cultural injustices showed greater difficulty accessing the space as a means for their struggles. This is due to the fact that these specific injustices are primarily oriented to their bodies' materiality. The importance of collective assembly for the construction of a plural political body, particularly for those groups who suffer special restrictions on their presence in urban spaces, was also observed. The physical space as a means of claiming is essential for the recognition and legitimation of those identities and bodies. Therefore, the material assembly in space would be itself both the political gesture of affirmative collective identity and the potency for transforming the socio-spatial structure that threatens their bodies' integrity in first place.

Keywords: urban activisms, digital technologies, redistribution, recognition.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca aprofundar o olhar acerca do uso de tecnologias digitais no amparo à organização política de um conjunto específico de grupos ativistas e movimentos sociais. Em um cenário de crescente popularização dessas ferramentas, cabe questionar de que maneira o *espaço* em sua dimensão física permanece relevante enquanto meio para o encontro e aparição pública dessas coletividades e que possibilidades os meios digitais apresentam para aqueles indivíduos que enfrentam restrições para o seu acesso coletivo¹.

Nos últimos anos, o acesso à Internet se ampliou vertiginosamente em diferentes lugares do mundo. Em 2015, um relatório divulgado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), atestava que 3,2 bilhões de pessoas, cerca de 40% da população mundial, tinham acesso à Internet². Embora esse crescimento se dê de maneira desigual em cada um dos países analisados, a recente intensificação do uso de plataformas e dispositivos digitais conectados à Internet tem gerado impactos em nossa organização sócio-espacial e em nossa forma de perceber o mundo.

Na frase de abertura do livro *A Nova Era Digital*, os então engenheiros do Google Eric Schmidt e Jared Cohen (2013) afirmam que “[a] Internet é uma das poucas coisas inventadas pelos seres humanos que eles não conseguem exatamente entender”³. Essa afirmação é bastante reveladora do caráter aparentemente intangível da Internet. Contudo, do ponto de vista técnico, a Internet tem um funcionamento relativamente simples, não muito mais complicado do que aquele dos aparatos tecnológicos que a antecedem, como o telégrafo ou a televisão. É, com efeito, a sua dimensão *social* que parece escapar ao “entendimento dos seres humanos”, neste sentido, tão complexa como qualquer outro processo social.

Em um primeiro momento de popularização das tecnologias digitais, uma série de previsões, expectativas e temores surgem tanto no contexto das discussões acadêmicas, quanto no debate público sobre o tema. Termos como “ciberespaço”, “pós-humano”, “era da informação” ou “revolução digital” buscam dar nome aos novos conceitos que se apresentam e, no mesmo ritmo em que são adotados, têm seu significado desgastado e requerem revisão e substituição por outros. Não estamos exatamente longe desse momento e é possível que muitos dos recursos teóricos e metodológicos que nos auxiliam a olhar para esse processo no presente caduquem nos próximos anos. Ainda assim, o exercício de articular uma base de conhecimento para abordar esse problema permanece imprescindível.

Um primeiro passo seria identificar o senso comum que localiza as tecnologias digitais enquanto o elemento primordialmente responsável pelas transformações sociais que decorrem de sua popularização, ou seja, a crença em um determinismo tecnológico. Essa abordagem, por sua vez, recai em uma postura ingênua que pressupõe o descolamento entre essas tecnologias e os próprios processos sociais que as produziram em primeiro lugar. Essa perspectiva causal e linear tende a ignorar as relações de poder que se dão entre os atores envolvidos na produção e

¹ Este artigo foi escrito a partir de dissertação de mestrado defendida pela autora.

² Dado divulgado no relatório *ICT Facts & Figures 2015*, publicado pela União Internacional de Telecomunicações. Segundo o mesmo relatório, em 2000, apenas 400 milhões de pessoas tinham acesso à Internet, o que representa um crescimento de 700% em 15 anos.

³ Schmidt; Cohen, 2014. p.03. No original: The Internet is among the few things humans have built that they don't truly understand.

manipulação desses dispositivos e plataformas, bem como a dimensão de disputa por seu significado. Em uma perspectiva de suposto progresso, constrói-se uma espécie de deslumbramento com a novidade que culmina com a expectativa de que somente agora teríamos, enquanto humanidade, uma resposta técnica para os problemas de ordem social e política que nos afetam. No âmbito da discussão sobre política e espaço urbano, esse senso comum constrói a crença de que a tecnologia seria em si responsável por novas formas mais populares de articulação política e, por conseguinte, o caminho para uma “verdadeira emancipação” frente aos poderes instituídos.

É fato que a ampliação das possibilidades de comunicação viabilizada pela ampliação do acesso à Internet e pela popularização das redes sociais digitais lhes integrou às práticas de uma diversidade de grupos ativistas ao redor do mundo. Entretanto, se esse tipo específico de tecnologia apresentou novas formas de articulação interna, de convocação e divulgação para seus atos e de contraposição às narrativas oficiais tecidas pelas mídias tradicionais, esse uso não se deu fora de um território em disputa. Não é só pelos espaços das cidades ocupadas que esses grupos lutam, mas também pela autonomia frente às corporações que administram o ambiente das plataformas digitais e que, não raramente, colaboram com o Estado no sentido de censurar populações, inibir insurgências e criminalizar manifestantes.

É precisamente nesse campo de disputa política que as lutas pelo espaço que serão discutidas neste trabalho se localizam. Diante da impossibilidade de desvincular suas práticas espaciais daquelas que se dão no ambiente digital, elas serão observadas em conjunto. Denomino ativismos urbanos em meio digital, ou simplesmente *ativismos urbanos digitais*, as práticas performadas por movimentos sociais, grupos e demais coletividades que se utilizam de plataformas digitais, tais como sites, redes sociais e aplicativos de mensagens, em amparo às suas ações de reivindicação política.

Os grupos abordados aqui localizam-se no espaço urbano, assim como boa parte de suas lutas e reivindicações direcionam-se a questões particulares da vida nas cidades, como a mobilidade urbana, o movimento estudantil, o acesso a espaços públicos e o direito à moradia digna. Há ainda outros grupos que pautam questões mais amplas e que não se encontram necessariamente vinculadas à problemática urbana, como é o caso das questões de gênero e sexualidade ou do movimento negro. Proponho, entretanto, chamá-los, a todos, de *ativismos urbanos digitais* por considerar que no presente momento de conformação do território no Brasil, não é mais possível contrapor campo e cidade como conceitos completamente distintos, uma vez que o tecido urbano estende-se, ainda que desigual e precariamente, ao longo de boa parte do território nacional.

Este artigo está organizado em dois momentos. Inicialmente, a pesquisa empírica será contextualizada e as experiências estudadas serão apresentadas. Posteriormente, essas experiências serão analisadas segundo algumas categorias com o intuito de identificar de que maneira e em que medida os grupos ativistas e movimentos sociais em questão conseguem articular sua aparição pública por meio do acesso ao espaço físico enquanto coletividades.

O PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

O problema desta pesquisa surge em um contexto de mudança de paradigma nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), quando uma série de novidades técnicas deslocam o eixo

dominante da cultura do *broadcasting*⁴ em direção à possibilidade da comunicação dialógica, ou seja, a possibilidade de conversações simultâneas e em tempo real a partir de uma profusão de pontos espacialmente dispersos.

A nova capacidade técnica da comunicação dialógica plural é central neste momento em que as tecnologias de informação e comunicação se digitalizam e carrega consigo uma série de implicações sociais, industriais, culturais, econômicas e, particularmente, espaciais. Pode-se afirmar que as redes de informação desestabilizam algumas concepções clássicas e dominantes na discussão teórica sobre o espaço, como as noções de materialidade e de continuidade espacial. Um outro aspecto desse processo diz respeito às lutas urbanas por justiça social e pelo direito à cidade: a popularização dos aparatos digitais e das redes sociais online tem criado espaços de aparição digitalmente mediados e permitido novas formas de articulação e debate público para os grupos e movimentos sociais engajados com essas questões.

As situações observadas no decorrer da pesquisa têm em comum o fato de se identificarem com questões eminentemente urbanas e que contemplam uma diversidade de relações sócio-espaciais, de maneira que o espaço está sempre presente em seu discurso ou em suas práticas. Para a coleta de dados sobre os estudos de casos, foram acessados e sistematizados primordialmente conteúdos compartilhados em plataformas online, como redes sociais, blogs, sites de compartilhamento de vídeos e páginas de jornais de grande circulação. O exercício de sistematização dos dados tinha como principal objetivo perceber eventuais relações de correspondência entre os grupos, a partir do modo como o espaço está presente em suas práticas tanto nos ambientes digitais quanto nos espaços físicos.

Era relevante também observar o modo como esses grupos e movimentos têm agenciado sua aparição pública por meio das plataformas online, especialmente das redes sociais. Essa observação orientou-se em direção aos debates que eram fomentados nas redes sociais assim como às interações pré-programadas — como o compartilhamento de notícias provenientes de grandes canais de comunicação⁵.

A partir dessa conjuntura, algumas questões centrais emergiram. Em primeiro lugar, era relevante observar como o espaço físico está presente enquanto elemento estruturante das questões reivindicadas e enquanto estratégia de ação e resistência. Era relevante ainda procurar perceber em que medida a aparição mediada digitalmente pode transcender o campo das interações de ordem meramente social e contribuir para a articulação política desses grupos no sentido de adentrar a esfera de decisões sobre a vida coletiva.

As experiências estudadas foram: as campanhas online #primeiroassédio e #meuamigosecreto; o grupo ativista Tambores de Safo (Fortaleza, CE); a ocupação Tina Martins (Belo Horizonte, MG); o Movimento Mães de Maio (SP); três dos movimentos secundaristas que ficaram conhecidos como Escolas de Luta em São Paulo, Goiás e no Ceará; os movimentos Ocupe Estelita (Recife, PE); Ocupe Cocó e Ocupe Acquario (Fortaleza, CE); os Comitês Populares da Copa, nas cidades sede da Copa do

⁴ Rádio e televisão são exemplos do modelo de comunicação conhecido como *broadcasting*. Este termo, de origem na língua inglesa, é utilizado para definir transmissões de informação que partem de um ponto emissor para diversos pontos receptores espacialmente dispersos ao mesmo tempo.

⁵ “Compartilhar” é um tipo de interação pré-programada presente em uma variedade de redes sociais. A partir do compartilhamento é possível divulgar *links*, textos e imagens de maneira irrestrita ou com outros usuários e páginas especificamente definidos.

Mundo de 2014; as intervenções de Ciclofaixas Populares (Fortaleza, CE); e o movimento engajado na implementação do Parque Augusta (São Paulo, SP).

#PRIMEIROASSÉDIO E #MEUAMIGOSECRETO

Em outubro de 2015, ia ao ar em um canal de televisão brasileiro, um programa de culinária cujas receitas eram executadas por crianças com cerca de dez anos de idade. À altura, alguns homens adultos direcionaram especialmente a uma das crianças participantes uma série de publicações de caráter pedófilo em seus perfis no Facebook e no Twitter. Essas publicações motivaram a ONG brasileira Think Olga a criar uma campanha em resposta, na qual as pessoas usariam a *hashtag*⁶ #primeiroassédio para compartilhar experiências sobre abuso sexual sofridas na infância.

No mês seguinte, com a proximidade das festas de fim de ano e inspirada pela brincadeira tradicional do amigo oculto, surgiu a campanha #meuamigosecreto. De maneira semelhante, à #primeiroassédio, mulheres vítimas de abuso sexual publicizaram suas experiências sem fazer menção direta aos seus abusadores, como uma tática de proteção. Esta troca de relatos, terminou por revelar o caráter coletivo e estrutural de um problema aparentemente individual e a urgência por debate e pela tomada de decisões em um âmbito público.

TAMBORES DE SAFO

O Tambores de Safo é um grupo musical criado em 2010 por mulheres ativistas, em sua maioria negras, homossexuais e moradoras de periferias de Fortaleza, Ceará. As mulheres do Tambores de Safo estiveram presentes em diversos encontros, caminhadas e protestos no espaço público, dentre os quais alguns enfatizavam questões relacionadas à desigualdade de gênero e à violência e discriminação sexual, especialmente perversas para as mulheres negras e periféricas. Sua atuação nesses momentos se dá por meio de performances musicais percussivas e cantadas. Estiveram presentes também em protestos que pautavam questões de outras naturezas, como foi o caso da manifestação contra a Copa do Mundo de 2014, ocorrida durante um jogo da Copa das Confederações de 2013, em Fortaleza, quando uma de suas integrantes foi agredida e detida por policiais militares.

OCUPAÇÃO TINA MARTINS [CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER TINA MARTINS]

A Ocupação Tina Martins foi criada por algumas ativistas do movimento feminista Olga Benário, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Teve lugar no prédio do antigo restaurante universitário da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na região central da cidade. As ativistas tinham o intuito de acolher mulheres vítimas de violência doméstica. Muitas dessas mulheres sem condições de permanecerem em casa, próximas de seus agressores, encontravam-se em situação de rua. A ocupação, que durou 87 dias, findou com uma negociação com o Governo do Estado que concedeu um imóvel tombado pelo patrimônio histórico, no bairro Funcionários, pelo período inicial de dois anos. A atual Casa de Referência da Mulher Tina Martins

⁶ *Hashtags* são espécies de rótulos utilizados nas redes sociais online que agrupam publicações relacionadas a eles. Funcionam quando o símbolo “#” é adicionado no início de uma palavra — ao clicar em uma hashtag, o usuário é direcionado para uma página que reúne todas publicações com aquele rótulo específico.

continua acolhendo mulheres vítimas de violência e, com o apoio de movimentos de lutas por moradia, tem conseguido reestabelecer algumas delas em outras ocupações da cidade.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO

Durante o mês de maio de 2006, aconteceu uma série de assassinatos no estado de São Paulo, que vitimou cerca de 600 pessoas em menos de 15 dias. Acredita-se que as mortes resultaram de ações de grupos de extermínio ligados à Polícia Militar, em retaliação a uma onda de atentados contra agentes da segurança pública atribuídos ao grupo conhecido como Primeiro Comando da Capital (PCC), no início daquele mês. A chacina, sem precedentes da história recente do Brasil, ficou conhecida como *Crimes de Maio*⁷.

Após este episódio, um grupo de mulheres formado por mães de algumas dessas vítimas, se reuniu com o objetivo de reivindicar a responsabilização dos culpados. Ainda que nenhum inquérito sobre os crimes de maio tenha sido levado a diante, o grupo tornou-se referência nacional em apoio ao enfrentamento da violência policial contra as populações negras e periféricas do Brasil⁸.

“ESCOLAS DE LUTA” — SÃO PAULO, GOIÁS, CEARÁ

Em setembro de 2015, o governo do estado de São Paulo anunciou uma reestruturação da rede estadual que terminaria por fechar 93 unidades e alterar a configuração de turmas em outras 754⁹. Em oposição a esta medida, em novembro do mesmo ano, um grupo de estudantes da Escola Fernão Dias iniciou uma ocupação que viria a durar 55 dias e a inspirar a ocupação de outras 195 escolas, somente no estado de São Paulo¹⁰. Este movimento ficou conhecido como “Escolas de Luta” e seu modo de atuação viria a ser replicado e adaptado de acordo com os contextos específicos em pelo menos mais seis estados do Brasil. Destes casos, serão abordados aqui as ocupações ocorridas ainda em Goiás e no Ceará.

No caso de Goiás, os estudantes se opunham ao novo modelo de gestão por Organizações Sociais (OSs), proposto pelo então governador Marconi Perillo e também ao processo de militarização das escolas da rede estadual que, somente em 2013, foi adotado por 12 escolas. No total, 29 escolas foram ocupadas ao longo de pelo menos dois meses em Goiás. No Ceará, as ocupações tiveram início em apoio à greve de professores da rede estadual de ensino em curso à aquela altura. Os estudantes reivindicavam também uma série de melhorias na estrutura física das unidades de

⁷ Ao longo dos 21 anos em que durou a ditadura militar brasileira, 434 pessoas foram mortas, enquanto nos 12 dias de maio de 2006, 564 pessoas foram assassinadas somente no estado de São Paulo. (BRITO, 2016.)

⁸ Dentre os mortos durante os Crimes de Maio, 96% eram homens, 63% tinham até 25 anos de idade, 50% eram negros ou pardos e 94% não possuíam antecedentes criminais. (Secretaria Especial de Direitos Humanos *apud* BRITO, 2016)

⁹ As demais escolas passariam a oferecer apenas um ciclo de ensino — fundamental I, fundamental II ou médio.

¹⁰ A primeira ocupação da Escola Fernão Dias foi encerrada em janeiro de 2016, mas em abril do mesmo ano, os estudantes coordenaram uma segunda ocupação em protesto contra a falta de merenda escolar e em apoio às denúncias feitas pelo Ministério Público sobre ilegalidades nos contratos de alimentação para a rede estadual de ensino. (Mello, 2016.)

ensino; uma maior verba para a merenda escolar; e o passe livre nos transportes públicos para estudantes da rede pública¹¹

OCUPE ESTELITA

Em 2008, a área correspondente ao Cais José Estelita e a um antigo parque ferroviário, em Recife, foi vendida por meio de um leilão a um complexo de empresas privadas de construção civil que planejavam realizar ali o Consórcio Novo Recife. Esse projeto, aprovado pela prefeitura em dezembro de 2013, visava construir um empreendimento misto de alto luxo na área, com 12 torres habitacionais e comerciais. Tão logo o leilão fora executado, pessoas da sociedade civil que se opunham ao projeto reuniram-se para manifestar suas contrariedades e questionar a legalidade do processo de venda do terreno. Nesse momento, surge o grupo Direitos Urbanos, que viria a acompanhar uma série de audiências públicas sobre o tema. O Movimento Ocupe Estelita (MOE) surge em 2013, composto por membros do grupo Direitos Urbanos, artistas, cineastas, arquitetos e moradores das comunidades adjacentes à área do cais. No ano seguinte, o MOE viria a ocupar o terreno em questão durante 28 dias. A ocupação foi dispersada por meio de uma truculenta reintegração de posse executada sem aviso prévio pela Polícia Militar, às 5 horas da manhã do dia 16 de junho de 2014.

OCUPE O COCÓ

Em julho de 2013, a prefeitura de Fortaleza anunciou a construção de um complexo de viadutos em uma região da cidade com intenso fluxo de veículos. O projeto, orçado em R\$17 milhões, previa a sobreposição de dois viadutos, totalizando 16 metros de altura — o equivalente a um edifício de cinco andares —, e compunha uma série de intervenções na área de mobilidade urbana. No entanto, para a sua realização, seria necessário desmatar uma área do Parque do Cocó, região de manguezal demarcada como Área de Proteção Permanente pelo Código Florestal. Quando agentes da prefeitura iniciaram a derrubada de 94 árvores para o seguimento das obras do viaduto, um pequeno grupo decidiu iniciar uma ocupação da área, em protesto contra o desmatamento em andamento. Este movimento ficou conhecido como "Ocupe Cocó". A ocupação, iniciada em julho de 2013, durou 84 dias. Ao longo desse período, a Guarda Municipal conduziu duas violentas ações de reintegração de posse — em que a primeira delas ocorreu de madrugada e sem aviso prévio. No âmbito judicial, a obra foi embargada 3 vezes, até ser liberada em outubro do mesmo ano. Durante todo o período em que durou a ocupação, diversas atividades foram realizadas em conjunto com os ocupantes, dentre os quais, um concurso de ideias que se contrapunham à proposta urbanística da Prefeitura.

OCUPE ACQUARIO

Em setembro de 2010, o então governador do Ceará, Cid Gomes, apresentou o projeto para a construção do que qualificou como "maior aquário da América Latina". O Acquario Ceará, seria construído em um terreno de propriedade da união, onde havia um edifício desativado do antigo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) na Praia de Iracema, costa marítima de

¹¹ A verba destinada à merenda escolar por aluno é de 32 centavos por dia no caso da rede estadual do Ceará. Em relação à reivindicação do passe livre para estudantes da rede pública, apesar de a tarifa para o transporte público em Fortaleza ser uma das mais baixas dentre as capitais no Brasil (R\$2,75), com meia tarifa para estudantes (R\$1,30), Fortaleza é a 2ª cidade da América Latina no ranking de desigualdade social (ONU-Habitat, 2011).

Fortaleza. Essa região é dotada de especial valor simbólico e cultural, por ser adjacente ao centro histórico de Fortaleza e abrigar, dentre outras edificações, a Ponte Metálica, primeiro porto de Fortaleza, a comunidade do Poço da Draga, vila de pescadores mais antiga da cidade, e o Centro Cultural Dragão do Mar. O Ocupe *Acquario* foi uma das ações propostas pelo Movimento Quem Dera Ser Um Peixe, formado principalmente por moradores do Poço da Draga, frequentadores da Praia de Iracema e pessoas da sociedade civil organizada em oposição à obra. Consistiu em uma “ocupação criativa” em uma praça da comunidade Poço da Draga. A ocupação aconteceu durante 24 horas de um fim de semana, em março de 2013. Teve em sua programação apresentações musicais, exibições de filmes com temáticas urbanísticas e rodas de debate sobre o projeto em questão.

COMITÊS POPULARES DA COPA

Em outubro de 2007, o Brasil foi eleito pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) para sediar a Copa do Mundo de 2014. Após a definição das 12 cidades que receberiam e forneceriam apoio aos jogos do campeonato, o Ministério dos Esportes, juntamente com representantes do poder executivo de cada uma dessas cidades, assinaram um documento que definia uma série de compromissos em relação a obras de infraestrutura que deveriam ser cumpridos até 2014 — a *Matriz de Responsabilidades* para a Copa¹². Essa matriz envolviam a construção ou reforma de portos, aeroportos, estádios esportivos, obras de mobilidade urbana, segurança, telecomunicações e serviços. Na escala municipal, isso implicou, na maioria dos casos, contratos e licitações irregulares, violações de direitos humanos, desalojamento de comunidades de baixa renda, projetos com orçamento superfaturado, acidentes mortais e dezenas de obras que permanecem incompletas até o presente momento, dois anos após o fim da Copa. A grande dimensão das obras e a extensão de seus impactos gerou um processo intenso de organização coletiva e resistência por parte das populações afetadas. Nesse contexto, surgem, a partir de 2010, o primeiros Comitês Populares da Copa em diferentes cidades-sede. Esses grupos reuniam moradores de comunidades ameaçadas de remoção, advogados populares, estudantes de arquitetura e urbanismo e outros grupos da sociedade civil organizada e tinha como principais objetivos acompanhar o processo de implementação dessas obras e reivindicar acordos mais justos para as indenizações e o reassentamento das comunidades a serem desalojadas em terrenos próximos às suas localizações originais.

CICLOFAIXAS POPULARES

Em agosto de 2013, um grupo de ciclistas de Fortaleza, Ceará desenvolveu um aparato mecânico, fabricado manualmente a partir de um carrinho de supermercado, para auxiliá-los a pintar uma ciclofaixa de 3km de extensão. O trecho em questão, estava localizado na Rua Ana Bilhar, no bairro Meireles, onde há a maior concentração de renda da cidade. A ação visava chamar a atenção da Prefeitura para a demanda por políticas públicas orientadas aos transportes não-motorizados. A ação foi extensamente divulgada em grupos no Facebook por meio de vídeos e fotos. Na semana seguinte à intervenção, a Autarquia Municipal de Trânsito de Fortaleza (AMC) realizou uma lavagem da rua para apagar a ciclofaixa, o que provocou diversas reações negativas em direção à Prefeitura. O grupo então repetiu a mesma intervenção, que ficou conhecida como pintura de *ciclofaixas populares*, em outros bairros mais periféricos da cidade. Em resposta à intensa

¹² As cidades que sediaram jogos da Copa do Mundo de 2014 foram: Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Brasília, Cuiabá, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

mobilização, a Prefeitura inaugurou uma ciclofaixa no mesmo trecho da primeira ciclofaixa popular. Três anos depois, com o fortalecimento de grupos e movimentos de ciclistas que vêm sistematicamente pressionando a Prefeitura por reformas neste sentido, um sistema de bicicletas compartilhadas foi implementado, a cidade agora possui 71,5km de ciclofaixas e o número de acidentes envolvendo ciclistas foi reduzido em pelo menos 9,6%¹³.

PARQUE AUGUSTA

Desde meados de 2006, diversos grupos e ativistas pressionam a Prefeitura de São Paulo no sentido de garantir que um terreno de 24 mil m², localizado no Centro da cidade, seja transformado em um parque aberto à população. Este terreno, que encontra-se fechado e sem cumprir qualquer função social desde a década de 1980, contém em seu interior, um bosque de vegetação Mata Atlântica tombado pelo poder municipal em 2004. Atualmente, o terreno do Parque Augusta é propriedade de duas construtoras, que em janeiro de 2015, aprovaram o projeto de um empreendimento imobiliário de alto padrão junto ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). No mesmo período, um grupo de ativistas contrários ao empreendimento ocupou o local com o objetivo de reivindicar a implementação do parque e impedir o início das obras previstas pelas construtoras Setim e Cyrela. A ocupação durou 45 dias, e foi encerrada após uma violenta ação de reintegração de posse por parte da Polícia Militar.

¹³ Dados divulgados pelo Instituto José Frota (IJF), hospital público referência no tratamento de traumatologia (Lima Neto, 2016).

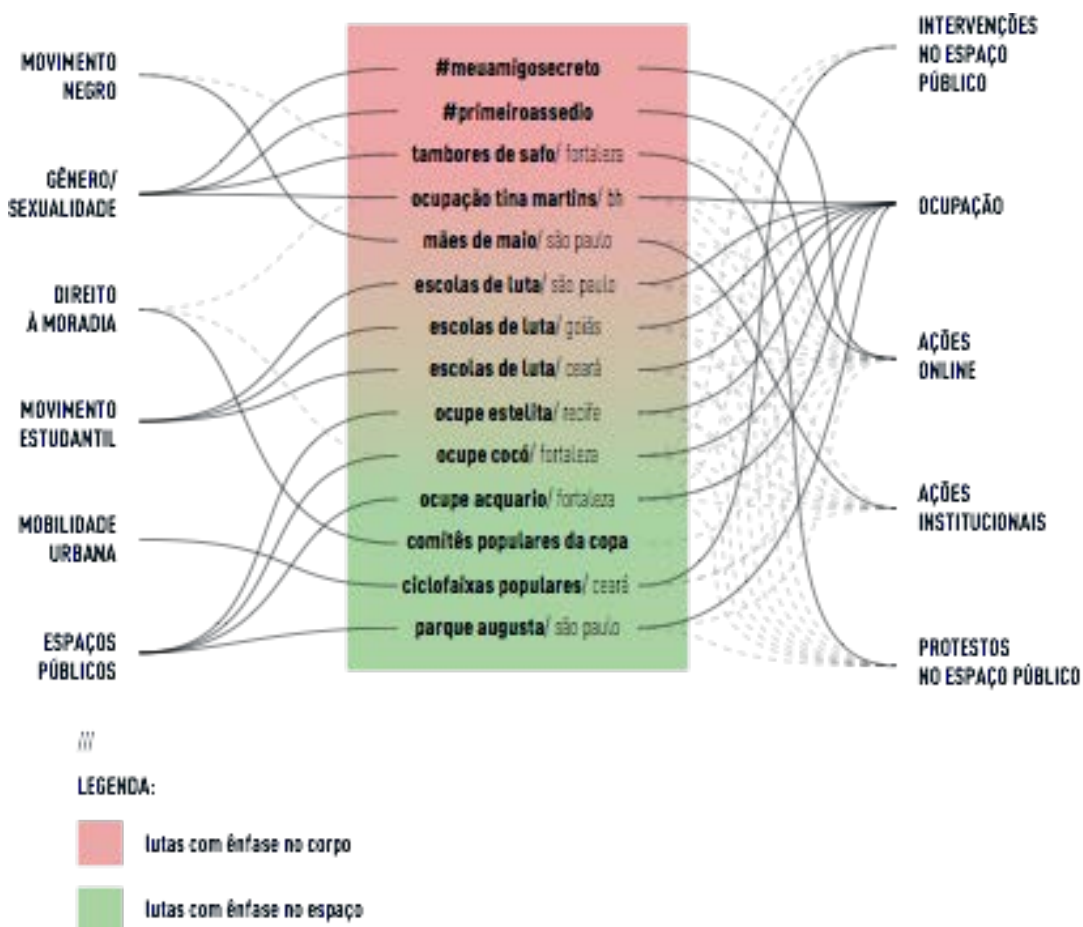


Diagrama 01: Diagrama geral de indexação.
Fonte: Elaboração própria.

ATIVISMOS URBANOS DIGITAIS

Para o momento de análise, os movimentos estudados foram organizados, em primeiro lugar de acordo com o modo como gerenciam a mobilização da opinião pública a respeito de suas pautas. Quatro categorias emergiram a partir dos padrões identificados: mobilizações efêmeras; mobilizações ativas e intensas; mobilizações ativas e dispersas; e, finalmente, mobilizações perenes. Esta divisão é meramente analítica e não se dá de forma rígida, tampouco estática. Ela termina por revelar uma diversidade de aspectos sobre a atuação desses movimentos, bem como percebê-los ao longo de processos que lhes são maiores e mais estendidos no tempo.

Os ativismos que foram identificados com a categoria de *mobilização efêmera*, são aqueles que se reuniram originalmente em torno de uma pauta específica e que, tendo passado o ápice de mobilização da opinião pública, se dissolveram. Os grupos que articulam o tipo de *mobilização ativa e intensa* são os que se reuniram originalmente em torno de uma pauta específica e que, no

momento presente, seguem plenamente ativos em seus processos de mobilização da opinião pública.

A categoria de *mobilização ativa e dispersa* abriga ativismos que de início se reuniram em torno de uma pauta específica e que em um momento posterior tiveram algum ganho ou retrocesso significativo, o que acabou arrefecendo a mobilização da opinião pública em relação à sua reivindicação mais central, porém, esses grupos seguem ativos em torno de outras pautas afins. Os grupos que foram identificados com o tipo de *mobilização perene* são aqueles movimentos sociais mais consolidados e ativos há mais tempo, que no momento presente reivindicam pautas mais amplas, mas que, ao longo de sua atuação, vivenciaram alguns momentos pontuais de maior mobilização da opinião pública em torno de suas lutas.

Por exemplo, no caso da atual Casa de Referência Tina Martins, o grupo obteve a concessão de um imóvel público por pelo menos dois anos, o que favorece uma mobilização mais a longo prazo — identificou-se, portanto, para este ativismo, uma tendência em tornar-se um movimento perene à medida em que o tempo avance. No caso do Parque Augusta, foi percebido uma tendência à dispersão, uma vez que a pauta central sobre a implementação do parque encontre uma resolução. Seja com a construção das torres pelas construtoras Setim e Cyrella ou com a implementação do parque nos termos exigidos pelo movimento, é provável que este continue articulado em outras lutas relacionadas às áreas urbanas de proteção ambiental ou à melhoria e ampliação dos espaços públicos de qualidade.

Em segundo lugar, procurou-se observar como se dava a presença ou ausência dos grupos no espaço físico. Esse exercício permitiu, por um lado, perceber que nos casos em que há a presença no espaço físico, este opera por vezes enquanto *objeto* direto de reivindicação, como é o caso das lutas por espaços públicos de qualidade. Em outros momentos, o espaço físico opera como *meio* para a ação, como é o caso dos grupos que realizam protestos ou ocupações nos espaços públicos. Esta divisão é também analítica e gradativa, ou seja, não apresenta limites muito claros entre as duas categorias, uma vez que em termos práticos fica evidente que diversos grupos que têm o espaço urbano como objeto de reivindicação, utiliza-o também como meio para suas práticas reivindicatórias.

Por outro lado, foi possível perceber que as coletividades cuja presença está limitada aos



Diagrama 02: Tipos de mobilização.
Fonte: Elaboração própria

ambientes digitais o fazem justamente porque enfrentam severas restrições à reunião no espaço físico. Inclusive, em muitos casos, sua aparição pública materializada implicaria ameaças à sua integridade física. Para esses movimentos, o encontro nas redes sociais online é particularmente importante, uma vez que possibilita a articulação de ativismos que, desde o ambiente imaterial das plataformas digitais, têm o espaço no horizonte de suas reivindicações.

DO ESPAÇO COMO HORIZONTE AO ESPAÇO COMO MEIO DE REIVINDICAÇÃO

QUANDO OS CORPOS SE FAZEM VISÍVEIS

Com os estudos de caso, revelou-se que, em alguns deles, as pessoas que protagonizavam os movimentos não conseguiam reunir-se enquanto coletividade nos espaços físicos das cidades apesar de o *espaço* estar presente enquanto pauta de reivindicação e mesmo como elemento estruturante de suas lutas — como as campanhas por igualdade de gênero que articulavam seu debate no ambiente imaterial das redes sociais online.

Em outros casos, emergiram ativismos compostos por indivíduos que conseguiam ocupar os espaços físicos enquanto coletividade, mas que o faziam sobretudo em apoio ou em memória de outras pessoas que não poderiam estar presentes ali. Isso ocorreu com grupos feministas que participaram de protestos no espaço público em amparo às mulheres vítimas de violência doméstica abrigadas na então Ocupação Tina Martins, ou das Mães de Maio, que protestam em marcos urbanos do estado de São Paulo em memória de seus filhos assassinados por grupos de extermínio ligados à Polícia Militar enquanto executavam tarefas cotidianas no espaço público.

A filósofa estadunidense Nancy Fraser aborda os conflitos que se desenrolam no final do século XX e identifica lutas de duas naturezas fundamentais, são elas as lutas por *redistribuição*, presentes na sociedade moderna desde o período industrial, e as lutas por *reconhecimento*, surgidas em um contexto “pós-socialista” onde o reconhecimento de uma diversidade de identidades transcende os conflitos de classe que se baseiam na redistribuição de recursos. Enquanto as lutas do primeiro tipo combatem injustiças de ordem cultural e simbólica e se organizam “sob as bandeiras de nacionalidade, etnia, “raça”, gênero e sexualidade”¹⁴, as segundas visam combater as desigualdades sócio-econômicas que têm relação com a exploração do trabalho assalariado, e com a má distribuição de infraestrutura e de recursos básicos para uma vida digna (Fraser, 1995.).

Fraser propõe a localização desses grupos ao longo de um espectro conceitual, o que termina por revelar um dilema: se por um lado, as lutas por reconhecimento pautam-se na legitimação das diferenças culturais e simbólicas através da diversidade, por outro, as lutas por redistribuição demandam justamente o contrário, o fim da diferenciação de privilégios entre classes. No contexto contemporâneo esses dois tipos fundamentais de injustiça costumam encontrar-se imbricados de forma inseparável, ainda que na maioria dos casos, a influência de um dos dois pólos seja preponderante. Portanto, tratar aqueles grupos que sofrem com os dois tipos de injustiça demanda um exercício crítico que seja capaz de abranger a complexidade desse cenário (Fraser, 1995).

¹⁴ Fraser, 1995, p. 68. No original: “[...] under the banners of nationality, ethnicity, ‘race’, gender, and sexuality”. Uma versão reduzida deste texto foi publicada em português com o título Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista, pela revista Cadernos de Campo, n. 14/15, 2006, disponível no link: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>



Diagrama 03: Esquema gráfico baseado no espectro conceitual proposto por Nancy Fraser.

Fonte: elaboração própria.

Essas categorias são úteis para a análise dos conflitos abordados aqui, no sentido de oferecer uma estrutura de pensamento que permite observar o modo como o espaço está presente em cada uma delas. Fica evidente que aqueles grupos sobre os quais as injustiças de natureza simbólica e cultural incidem mais fortemente apresentam maior dificuldade de acessar o espaço enquanto meio para suas lutas. Isto se dá principalmente pelo fato de que essas injustiças orientam-se sobretudo à materialidade de seus corpos.

É, com efeito, pelo direito ao espaço que esses grupos lutam, pelo direito de reunir-se e mover-se pela cidade sem que a materialidade de seus corpos seja alvo de violação e para que as normativas sociais que operam o seu extermínio nos ambientes domésticos sejam debatidas e transformadas coletiva e publicamente. Portanto, diante da alta vulnerabilidade que seus corpos enfrentam, o direito à presença no espaço está condicionado ao reconhecimento de suas identidades e à legitimação de seus corpos frente à sociedade — em um contexto onde sua própria existência é, por si, desafiadora. De que maneira então essas identidades e corpos poderiam se fazer reconhecer e legitimar?

A filósofa estadunidense Judith Butler dedica parte considerável de sua obra à compreensão das normatividades socialmente construídas e daquilo que identifica como corpos desviantes da norma. Em 2013, proferiu uma palestra na Universidade de Boğaziçi, em Istambul, que posteriormente seria publicada com o título de *Nós, o povo — pensamentos sobre a liberdade de assembléia*¹⁵. Nela, Butler procurou definir que elementos seriam essenciais para que determinada pluralidade social se institua enquanto povo. A filósofa tece essa discussão a partir de uma análise sobre os movimentos que compuseram a chamada *Primavera Egípcia*¹⁶. De acordo com o argumento de Butler, o ato de reunir-se no espaço público seria central para a auto-proclamação de uma coletividade, que, em última instância, constituiria um povo.

Reunir-se é, ao mesmo tempo, a condição de qualquer reivindicação possível e um direito específico reclamado por meio da assembléia. Essa circularidade é

¹⁵ Traduzido livremente do original em inglês, *We, the people — thoughts on freedom of assembly*. (Butler, 2016.). Essa palestra foi posteriormente publicada no livro *What is a people*, do filósofo francês Alain Badiou.

¹⁶ A intensificação de ações e protestos que culminaram na Primavera Árabe (principalmente, no Egito, Tunísia e na Turquia) certamente impactaram a conformação daquilo que no Brasil ficou conhecido como as *Jornadas de junho de 2013*, quando uma pluralidade de grupos e movimentos sociais tomaram as ruas de diversas cidades do país em dezenas de protestos e ocuparam lugares emblemáticos como forma de deslegitimação de uma série de políticas urbanas que vinham sendo implementadas à altura.

menos uma contradição do que uma condição fundamental de uma pluralidade política, de um povo¹⁷. (Butler, 2016, p.63)

Nesses casos, a presença coletiva no espaço seria, portanto, ao mesmo tempo, o meio de reivindicação e o direito a ser conquistado. Para Butler, não seria possível conceber a ideia de povo sem levar em consideração a sua corporeidade e, conseqüentemente, todas as necessidades demandadas pelo corpo. Ou seja, a infraestrutura e todas as condições sócio-espaciais interdependentes que garantem que esses corpos sobrevivam e que, para além da mera sobrevivência, garantem que vivam dignamente. Seria, portanto, por meio da reunião coletiva no espaço que os corpos poderiam reivindicar o direito de ocuparem o espaço e de o fazerem com dignidade.

Ainda que, sem dúvidas, se esteja despojado de proteção, não se está reduzido a uma “vida despida”. Pelo contrário, estar despojado de proteção é uma forma de exposição política, concretamente vulnerável, inclusive frágil, e ao mesmo tempo potente e ativamente desafiadora, inclusive revolucionária. [...] Mostrar-se é, ao mesmo tempo, estar exposto e ser desafiante, o que quer dizer que estamos moldados precisamente por esta disjunção e que, ao nos moldarmos, expomos os corpos pelos quais reivindicamos. Fazemos isto pelo outro e com o outro, sem que isto pressuponha necessariamente harmonia ou amor. Como uma forma de criar um novo corpo político¹⁸. (Butler, 2016, p.64)

Nesse sentido, o espaço enquanto meio de reivindicação é fundamental para que essas identidades e corpos sejam reconhecidos e legitimados. Reunir-se no espaço seria, em si, o gesto político de afirmação de uma identidade coletiva e a potência mesma de transformação da estrutura sócio-espacial que originalmente ameaça a integridade de seus corpos.

Em primeiro lugar, revela-se a importância da reunião coletiva para a construção de um corpo político plural. Ao mesmo tempo, a análise dos estudos de caso permite observar a relevância das tecnologias digitais nos contextos em que esta reunião no espaço não é possível. O encontro e o debate que se estabelecem nas redes sociais online permitem a articulação coletiva de indivíduos particularmente vulneráveis ou espacialmente dispersos em um ambiente onde sua corporeidade não é diretamente ameaçada. Em síntese, pode-se dizer que por meio das redes sociais, seria possível articular formas de ativismo que, ainda que permaneçam restritas ao ambiente digital, têm o espaço no horizonte de suas reivindicações.

Esse argumento fica especificamente claro ao se levar em consideração as campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto em paralelo com ações de outros grupos feministas, como o Tambores de Safo, por exemplo. No primeiro caso, a coletividade de vítimas de abuso sexual encontra-se espacialmente dispersa e o fato de estarem fisicamente isoladas lhes torna individualmente vulneráveis. No segundo caso, a possibilidade de reunião em um mesmo espaço

¹⁷ No original: Assembly is at once the condition of any possible claim at the same time that it is a specific right to which an assembly lays claim. That circularity is less a contradiction than a founding condition of a political plurality, a people.

¹⁸ No original: Although one may be shorn of protection, to be sure, one is not reduced to some sort of “bare life.” On the contrary, to be shorn of protection is a form of political exposure, at once concretely vulnerable, even breakable, and potentially and actively defiant, even revolutionary. The bodies that assemble designate and form themselves together as “we, the people,” targeting those forms of abstraction that would cast bodily requirements once again into oblivion. To show up is both to be exposed and to be defiant, meaning precisely that we are crafted precisely in that disjuncture, and that in crafting ourselves, we expose the bodies for which we make our demand. We do this for and with one another, without any necessary presumption of harmony or love. As a way of making a new body politic.

lhes confere, certa proteção de sua integridade física, ainda que isto não se dê de maneira absoluta.

Nos dois casos, sua aparição coletiva revela o significado político de seu encontro. Uma pessoa que, sozinha, faz uma denúncia de abuso sexual, adverte sobre um problema individual — por outro lado, se esta denúncia é feita por uma considerável pluralidade de indivíduos, revela-se um problema social de natureza coletiva. Da mesma maneira, se uma mulher caminhasse despida e sozinha pelas ruas de uma cidade brasileira, representaria pouco mais que um alvo para toda sorte de violações — por outro lado, quando um coletivo de mulheres marcha despido no espaço público, sua reunião converte-se em gesto político e adquire força enquanto protesto.

PRÁTICAS ESPACIAIS, FERRAMENTAS DIGITAIS

A partir dos ativismos estudados, é possível perceber a intensificação da tática de ocupação de espaços como forma de protesto. As ocupações são uma tática comumente utilizada por movimentos sociais que atuam nas lutas por redistribuição, sobretudo aqueles ligados à luta pelo direito à moradia digna, que têm como prática tomar terrenos urbanos desocupados e sem uso para construir suas casas. Essa prática é também utilizada por movimentos sociais que atuam no meio rural como, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra (MST) que tem como principal tática a ocupação de terras improdutivas pertencentes a grandes latifundiários com o intuito de convertê-las em pequenas unidades de produção agrícola. Nesse contexto, as ocupações representam um momento para a experimentação de novas formas de organização coletiva e de autogestão.

A tática de ocupação é, assim, reapropriada pelos ativismos contemporâneos, que lhe adaptam aos seus contextos específicos. Dentre os grupos estudados aqui, o Movimento Ocupe Estelita foi o primeiro a adotá-la. No contexto desses ativismos urbanos, o gesto de ocupar precisamente os espaços em disputa é imperativo para impedir determinada ação que incidiria fisicamente sobre eles — como sua demolição, seu desmatamento ou sua concessão à iniciativa privada. As ocupações representam em grande medida a retomada do caráter público e político dos espaços em disputa por meio de ações diretas e a despeito das instituições de representação política. Essas ocupações autogeridas operam tal como laboratórios para a experimentação e a construção de novos imaginários que permitem a ressignificação dos espaços em questão. De igual maneira, os usos alternativos que lhe são atribuídos permitem, por vezes, a elaboração de novas formas de resistência que ensejam importantes aprendizados para futuras ações.

O manejo das tecnologias digitais, especialmente das redes sociais online e de aparatos audiovisuais, permitiu que esses grupos recuperassem, em certa medida, o controle sobre sua própria representação e o protagonismo na construção de narrativas sobre sua própria atuação. A produção de vídeos é uma prática usual entre esses ativismos, e tem um papel importante em diversos sentidos: opor-se aos discursos das mídias tradicionais e dos grandes canais de comunicação, transmitir alguns acontecimentos em tempo real, produzir e documentar provas contra ações abusivas da polícia ou ainda criar peças de caráter artístico.

O movimento Ocupe Estelita produziu peças audiovisuais com diferentes intenções. Algumas visavam informar de forma eficaz sobre o Consórcio Novo Recife e os possíveis impactos para o entorno do Cais José Estelita, outros documentavam atividades e apresentações artísticas performadas na ocupação e outros documentavam protestos realizados nas ruas de Recife. De maneira similar, os ativistas ligados ao movimento pelo Parque Augusta, em São Paulo, também produziram vídeos informativos sobre o imbróglie jurídico em torno da efetivação do parque e

alguns outros que documentavam suas atividades e seus protestos em importantes avenidas das cidades. Estes vídeos, devido ao seu caráter informativo, têm o objetivo de alcançar um público mais amplo do que aquele diretamente envolvido em suas ações e contrapor-se ao discurso midiático hegemônico.

A produção de vídeos pode ter ainda o sentido de inspirar novos grupos a tomarem parte do movimento em questão, a partir do compartilhamento de táticas e experiências. É o caso do grupo responsável pelas intervenções das Ciclofaixas Populares, em Fortaleza, que produziu uma série de vídeos em forma de manuais onde ensina como construir o aparato que lhe auxiliou a realizar a pintura das vias. Os estudantes secundaristas que protagonizaram o fenômeno das Escolas de Luta têm a prática de documentar o seu cotidiano nas escolas ocupadas e de realizar vídeos informativos com a intenção de auxiliar outros estudantes interessados em organizar ocupações em suas escolas.

As ações policiais de reintegração de posse que são frequentes para aqueles movimentos sociais ligados ao direito à moradia ou à reforma agrária se intensificaram radicalmente nas periferias de dezenas de cidades do Brasil, especialmente nos dois anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014. Tanto as comunidades que sofreram desapropriações no processo de construção das obras da Matriz de Responsabilidades, quanto os ativismos que se utilizaram da tática de ocupação experienciaram violentas ações policiais. Boa parte dessas ações, salvo alguns casos em que a reintegração se deu por meio de conciliação, seguiram um escopo semelhante de operação com uso de armamento considerado não-letal.

O movimento Ocupe Cocó, por exemplo, sofreu diversas ameaças e duas desapropriações efetivas. Na primeira ocasião, em 2013, a Guarda Municipal de Fortaleza adentrou a área de acampamento dos ocupantes às quatro horas da manhã, sem aviso prévio. Bombas de gás lacrimogêneo foram disparadas dentro das barracas e pessoas levaram tiros de balas de borracha enquanto dormiam. Em uma tentativa de reintegração de posse posterior, um pequeno grupo de ocupantes entrelaçou uma corrente de ferro em seus pescoços, presa com um cadeado em cada um deles e, nas pontas, presa em duas árvores. Como não houve aviso prévio, os únicos registros da primeira ação foram feitos por manifestantes que já haviam deixado o acampamento. No segundo caso, a ação foi transmitida em tempo real, por meio de webcasting que teve o link divulgado em diferentes redes sociais. Essa transmissão foi um dos fatores fundamentais para evitar que se repetisse o excesso de força policial utilizado na primeira desocupação.

Entretanto, a transmissão nem sempre é suficiente para exercer pressão ou impedir esses excessos, como é o caso de diversas ações de reintegração de posse levadas a cabo no contexto das obras para a Copa do Mundo de 2014, largamente documentadas. Nessa situação, há um desequilíbrio na relação de poder entre os agentes políticos empenhados na implementação da Matriz de Responsabilidades e as comunidades afetadas pelas obras. A violência simbólica e material do desalojamento dessas famílias não foi suficiente para mobilizar a opinião pública frente ao discurso oficial de “inconvenientes menores” face à promessa de melhoria urbana “para a cidade como um todo” impulsionada pelo megaevento.

Um aspecto que ajuda a compreender melhor as diferenças entre a violência empregada no caso das ocupações de espaços públicos urbanos — como o Parque do Cocó, o Parque Augusta ou o Cais José Estelita — e das comunidades afetadas pela Matriz de Responsabilidades da Copa, é o lugar sócio-espacial que as pessoas que compõem cada um desses movimentos ocupa. A causa do direito à moradia para comunidades pobres, soa, em muitos discursos, menor por parecer mais individualista frente às questões de preservação da natureza ou “proteção do planeta”. Apesar de

não ser possível fazer uma hierarquização da importância de cada uma dessas causas, fica evidente, ao observarmos os dois exemplos, como tanto as injustiças da ordem da *redistribuição* quanto aquelas da ordem do *reconhecimento* sobrepõem-se e incidem de maneira mais perversa sobre os moradores de periferias urbanas, pobres e racializados. Embora o direito à moradia digna se apresente, a princípio como uma demanda individual, quando toma grandes proporções e afeta um número considerável de famílias, torna-se, efetivamente um problema social, e é particularmente curioso que tenha um apelo menor diante da opinião pública.

REDES SOCIAIS OU “REDES POLÍTICAS”?

Em um momento recente da popularização da Internet, foi recorrente a defesa das redes sociais enquanto elemento importante para a solução de questões de ordem política, a partir da ampliação da esfera pública em direção ao ambiente digital. Esse cenário possibilitaria a inclusão de mais vozes para a consolidação de um debate público heterogêneo. Especialmente no que tange os ativismos urbanos, a confirmação dessa ideia atribuiria às redes sociais um papel estruturante para a articulação política de coletividades e movimentos sociais.

Essa ideia tende a desconsiderar um importante aspecto sobre a própria estrutura das redes sociais, os métodos utilizados para alcançar seus fins lucrativos. As redes sociais se sustentam economicamente a partir da troca de dados pessoais pela garantia de seu acesso e seu uso. Isso lhes confere um caráter aparentemente gratuito, uma vez que não há necessariamente o envolvimento de transações monetárias diretas entre usuário e empresa. Entretanto, a geração de lucro dessas empresas é realizada justamente por meio da coleta e a sistematização de dados dos seus usuários, para posterior comercialização com agências de publicidade ou com entidades estatais.

Um efeito dessa prática que acontece de maneira não regulamentada e omissa, no sentido em que não está claro para os usuários que dados são efetivamente coletados e de que maneira são utilizados pelas empresas, é uma invasão de privacidade massiva. O programa de vigilância global levado à cabo pela NSA e divulgado pelo ativista estadunidense Edward Snowden em 2013 apenas lança um tênue feixe de luz sobre as questões de privacidade e de propriedade dos dados que são produzidos com as interações online. Se pretendemos afirmar as redes sociais enquanto instrumento de articulação política, um outro ponto importante a ser discutido é a maneira como as relações entre os diferentes atores são agenciadas nesse ambiente. Os vínculos interpessoais que se dão no mundo físico tendem a ser reproduzidos nas redes sociais online.

As interações pré-programadas de “solicitação de amizade” ou mesmo de “seguir” presentes em diferentes plataformas como o Facebook, Twitter ou Instagram, tendem a prolongar as relações familiares, de trabalho ou mesmo de vizinhança geográfica em direção a essas outras redes digitalmente mediadas¹⁹. Portanto, a força dessas instituições (família, trabalho, vizinhança) se mantém presente, de modo que as normas e limitações de ordem social permanecem, ainda que em menor grau, orientando as ações que se dão nas redes sociais online. Da mesma maneira, muito da informação que ali circula é proveniente de fontes corporativas, ou seja, são notícias, fotos ou vídeos produzidos por grandes canais de comunicação que operam de acordo com a

¹⁹ “Solicitação de amizade” e “seguir” são dois tipos de interação pré-programada comuns em redes sociais. É a partir dessas interações que se estabelecem os vínculos entre usuários ou entre usuários e páginas. Normalmente, usuários com vínculo de “amizade” nas redes sociais podem compartilhar conteúdos e informações reservadas que não estão disponíveis para o público em geral.

lógica corporativista das mídias tradicionais. A reprodução de estruturas sociais nas redes online é também intensificada com a aplicação de algoritmos que dispõem a informação de forma personalizada nos chamados “feeds” de notícias²⁰. Nos últimos anos, as principais redes sociais vêm aprimorando algoritmos que organizam a informação acessada por seus usuários em uma ordem de prioridade de acordo com aquilo que supostamente mais lhes interessaria.

O número de “curtidas” que cada publicação recebe, assim como o número de vezes que determinados usuários interagiram entre si, influenciam esses algoritmos, que agem para garantir que se veja e se interaja sempre e cada vez mais com o mesmo tipo de conteúdos e com os mesmos usuários. Portanto, um efeito da aplicação desse tipo de algoritmos é que eles tendem a homogeneizar as relações que se estabelecem por meio das redes sociais. Isso termina por produzir consensos — ou falsas impressões de consenso — e empobrecer debates que se dariam a partir daqueles meios. Ao organizar a informação desta maneira e ao induzir o contato cada vez mais selecionado entre iguais, as redes sociais online arruinam precisamente um dos elementos identificados pela filósofa Hannah Arendt como fundamentais para a constituição da esfera pública, a pluralidade. Arendt identifica, com o surgimento da idade moderna, a dissolução da unidade familiar e a sua substituição por grupos sociais que, assim como as famílias, seriam orientados por interesses e opiniões únicas.

A igualdade dos membros desses grupos, longe de ser uma igualdade entre pares, lembra antes de tudo, a igualdade dos membros do lar ante o poder despótico do chefe do lar, exceto pelo fato de que, na sociedade, onde a força natural de um único interesse comum e de uma opinião unânime é tremendamente intensificada pelo puro número, o efetivo poder exercido por um único homem, representando o interesse comum e a opinião correta, podia mais cedo ou mais tarde ser dispensado. (Arendt, 2014, p.49)

A esfera social digitalizada, passível de ser programada nos mínimos pormenores, revelaria-se, portanto, potencialmente ainda mais individualista, normatizada e padronizada que aquela que emerge com a Modernidade. O poder despersonalizado dos grupos sociais é mediado agora também pelas plataformas digitais das redes sociais, e a “opinião única” é passível de manipulação por instituições e entidades que conservam as mesmas hierarquias que antecedem o advento técnico da Internet.

Desenha-se, portanto, no recorte histórico recente, um cenário em que cada vez mais aspectos da vida cotidiana são mediados pelas plataformas e dispositivos digitais e em que grandes corporações como Google e Facebook agenciam grande parte do conteúdo que é produzido e circulado nos ambientes digitalmente conectados. Dessa maneira, é pertinente, para aqueles ativistas comprometidos com a justiça social pelas vias do reconhecimento simbólico e cultural, e da redistribuição igualitária de recursos, buscar brechas e possíveis ressignificações para esses meios, no sentido de subvertê-los em suas articulações políticas.

Os grupos de ativistas e movimentos sociais aqui analisados oferecem pistas sobre como o uso das redes sociais pode estar presente na ampliação de sua experiência materializada. Estas têm plataformas atuam no sentido de alcançar outras pessoas e criar redes de apoio espacialmente dispersas e na formulação de contra-narrativas por meio da produção de imagens, da

²⁰ Feeds de notícias, são páginas que operam um formato de dados que se atualizam com determinada frequência, de acordo com o momento em que foram publicadas e com a sua relevância para o usuário que lhes acessam. É comum que usuários possam “seguir” essas páginas de feeds e possam ainda realizar uma série de interações pré-programadas com seu conteúdo, como “curtir”, “comentar” ou “compartilhar”.

efervescência de debates plurais em maior ou menor medida, e da partilha de desejos e conhecimentos que, a partir daí, se constroem de maneira mais coletivizada.

Entretanto, é preciso também observar precisamente como operam os limites para a articulação política no ambiente das redes sociais. De que maneira a presença das corporações visa capturar e capitalizar a totalidade de manifestações que se dão nos ambientes digitalizados. Como o prolongamento dos grupos sociais e a manutenção das instituições e hierarquias dominantes no mundo físico restabelecem, no âmbito das redes sociais online, as mesmas estruturas de poder que lhes são anteriores.

Por fim, fica claro que embora as redes sociais estejam invariavelmente presentes na mediação de suas ações e da mobilização da opinião pública, não é possível prescindir do espaço, seja enquanto horizonte ou enquanto meio de reivindicação. A presença materializada dos grupos de ativistas e movimentos sociais nos espaços públicos permanece fundamental para garantir a pluralidade de atores envolvidos nos seus processos reivindicatórios. É também por meio do espaço que a aparição pública e coletiva pode fazer-se de maneira a desestabilizar os poderes instituídos, à medida em que novos corpos políticos são forjados materialmente. É por meio da reunião no espaço público, sobretudo daquela que se dá de maneira desobediente e desafiadora, que novas narrativas, significados e imaginários coletivos se fazem possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BRITO, Gisele. *Mães de Maio*: a reação contra a violência do Estado. Brasil de Fato. Artigo Online, 13/05/2016. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>>. Consultado em 19/09/2016.

BUTLER, Judith. We, the people — thoughts on freedom of assembly. In: Badiou, Alain. *What is a people?* Nova Iorque: Columbia University Press, 2016, pp. 49-64.

FRASER, Nancy. *From Redistribution to Recognition?* Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age. *New Left Review*, Londres, nº1, v. 212, pp. 68-93, 1995.

LIMA NETO, João. IJF: atendimento a ciclistas cai 9,6% em Fortaleza. Artigo Online. *Diário do Nordeste*, 14/06/2016. Disponível em <<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/ijf-atendimento-a-ciclistas-cai-9-6-em-fortaleza-1.1565919>>. Consultado em 19/09/2016.

MELLO, Daniel. Denúncias de fraudes na merenda levam estudantes a reocupar escola em São Paulo. Artigo Online. *Agência Brasil*, 30/04/2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/denuncias-de-fraudes-na-merenda-levam-estudantes-reocupar-escola-em-sao>>. Consultado em 21/09/2016.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. *The New Digital Age*. Nova Iorque: Vintage Books, 2014.

ONU-HABITAT. *Relatório sobre o estado das cidades do mundo 2010/ 2011*. Tradução IPEA. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100408_cidadesdomundo_portugues.pdf>. Consultado em 21/09/2016.

União Internacional de Telecomunicações. *ICT Facts and Figures: The World In 2015*. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2015.pdf>>. Consultado em: 19/10/2016.